

1 ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO
2 NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

3 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no
4 Auditório do Ministério das Comunicações, na Esplanada dos Ministérios, foi realizada a 132ª
5 Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente -
6 CONANDA. A abertura dos trabalhos foi feita pelo senhor presidente José Fernando Silva, membro
7 da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais/ABONG. **Estiveram presentes os**
8 **conselheiros:** José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Organizações Não
9 Governamentais/ABONG; IVANILDO T. FRANZOS - Casa Civil da Presidência da República;
10 MARGARIDA MUNGUBA - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; ENID
11 ROCHA ANDRADE DA SILVA - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; LEONARDO
12 SOARES DE OLIVEIRA - Ministério do Trabalho e Emprego; RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA -
13 Ministério do Esporte; TEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO - Ministério da Saúde;
14 AMARILDO BAESSO - Secretaria de Direitos Humanos; CRISTINA DE FÁTIMA GUIMARÃES -
15 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; JOSÉ
16 EDUARDO ELIAS ROMÃO - Ministério da Justiça; MARIA IZABEL DA SILVA - Central Única dos
17 Trabalhadores; MARTA MARILIA TONIN - Ordem dos Advogados do Brasil; MÍRIAM MARIA
18 JOSÉ DOS SANTOS - Inspeção São João Bosco/Salesianos; PEDRO VILMAR OST - União
19 Brasileira de Educação e Ensino - UBEE; ELISABETE BORGIANNI - Conselho Federal de Serviço
20 Social; LODI UPTMOOR PAULY - Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; RENATO
21 ROSENO DE OLIVEIRA - Associação Nacional dos Centros de Defesa; HELDER DELENA -
22 Fundação Abrinq Pêlos Direitos da Criança; CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA - Fundação
23 Fé e Alegria do Brasil; JOISIANE SANCHES DE OLIVEIRA GAMBA - Movimento Nacional de
24 Direitos Humanos; MARIA JULIA ROSA CHAVES DEPTULSKI - Movimento Nacional de Meninos
25 e Meninas de Rua; ALDA ELIZABETH BOEHLER IGLESIAS - Sociedade Brasileira de Pediatria;
26 MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA - Conselho Federal de Psicologia. O Sr presidente, José
27 Fernando da Silva iniciou a reunião submetendo a pauta para aprovação. Em seguida, convidou para
28 compor a mesa, o consultor Wanderlino Nogueira e a coordenadora da Comissão de Articulação e
29 Comunicação, conselheira Joisiane, para Discussão e Deliberação da Resolução que Dispõe Sobre o
30 Sistema de Garantia de Direitos. Antes, porém, foram dados alguns informes. O conselheiro
31 Amarildo Baesso informou a respeito do caso do Padre Severino e das unidades de internação do
32 Rio de Janeiro. Disse que o caso é grave e dentre essa gravidade está o problema da superlotação.
33 Disse que foi conseguido com o governo estadual do Rio de Janeiro, um convênio para financiar a
34 construção de uma obra nova e eles além de não fazerem o que estava previsto no convênio
35 deixaram que o mesmo caducasse tendo que devolver o dinheiro para a União. Ressaltou ainda, a
36 importância do Conanda se posicionar a esse respeito e discutir o que pode ser feito, já que no
37 âmbito da Secretaria estava de mãos atadas. O Presidente José Fernando informou que em relação a



38 situação do Rio, ficou definido que dentro da comissão de políticas públicas, passaria a ter um
39 grupo para tratar especificamente de níveis sócio educativos e que esse grupo teria que retomar
40 aquela primeira reunião que já aconteceu, com o Sr Amarildo, o conselheiro Renato, com pessoas
41 do fórum aqui do DF, para pensar esse plano emergencial, então achou que a comissão poderia, a
42 partir desse informe do Sr Amarildo tratar também dessa resposta, até porque o CONANDA já
43 esteve lá várias vezes. Também o conselheiro José Fernando informou sobre o caso de São Paulo
44 em relação a um grupo formado pelo Conanda, Condeca, Febem, Fórum Estadual, SDH, proposto
45 pelo Secretário de Justiça e Cidadania daquele estado. Além do Conanda, só o Fórum indicou seus
46 representantes dando a impressão de que a proposta que foi do Governo de São Paulo, não teria
47 mais o mesmo nível de aceitação por parte da composição desse grupo. Na sua opinião, deve-se
48 esperar quinze dias que foi solicitado pelo Condeca para a indicação dos seus representantes e caso
49 não chegue nada nesse período, o Conanda deverá enviar outro ofício aos órgãos dando ciência que
50 diante da não aceitação de quem propõe, o Conanda está aberto para contribuir de outra forma. O
51 conselheiro Renato informou que nos dias vinte e oito, vinte e nove e trinta de novembro haverá em
52 Buenos Aires uma reunião oficial do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, sobre a
53 implementação das Recomendações do Comitê dos Direitos da Criança. O Estado Brasileiro será
54 convidado e seria importante preparar a presença da representação. Nesse instante, passou-se a
55 leitura do texto da Resolução começando pelos destaques que seriam indicados para debate ficando
56 responsável pela redação final a conselheira Joisiane, Conselheiro José Fernando, o consultor Sr.
57 Wanderlino Nogueira e o assessor jurídico Sr Francisco Brito. No primeiro parágrafo solicitou-se o
58 acréscimo do artigo 204 inciso 2, antes do artigo 227. O artigo 1º ficou assim: O Sistema de
59 Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, se constitui na integração de instrumentos
60 normativos, órgãos e instâncias públicas governamentais e sociais e mecanismos de promoção,
61 defesa, fiscalização e controle da efetivação dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente nos
62 níveis federal, estadual distrital e municipal. O destaque seguinte é geral porque o texto utiliza em
63 alguns momentos promoção e defesa e em outros, promoção e proteção. A indagação é se não seria
64 mais conveniente usar sempre o tripé, promoção, defesa e controle, sempre que for o caso pra ficar
65 em harmonia com o artigo quinto da própria resolução. No artigo 2º § 2º por ser muito longo, foi
66 sugerido o desmembramento em dois. A sugestão foi aceita. No § 1º, do artigo 1º depois de relações
67 exteriores, acrescentar no lugar de outros, *promoção da igualdade e valorização da diversidade*,
68 incluir no § 2º do artigo 1º depois de assistência técnico financeira acrescentar *e respaldo político*.
69 No artigo 3º inciso 1º foi sugerido o acréscimo depois da Convenção sobre os Direitos da Criança,
70 acrescentar *Constituição Federal*. No § 3º, apenas acrescentar *em todos os processos que lhes*
71 *digam respeito* depois de devida consideração e suprimir o resto. Aprovado. No artigo 4º, incluir a
72 *citação das Leis Orgânicas Da Saúde, Lei Orgânica Da Assistência Social e Lei de Diretrizes*
73 *Básicas da Educação*. Nesse sentido, surgiram duas propostas. Primeiro, de supressão total do
74 artigo e segundo, se fosse manter, o que manter. A primeira proposta foi retirada e ficou de ser feita



75 nova redação que seria: Incluir os *tratados internacionais de Direitos Humanos, em segundo lugar*
76 *os documentos internacionais não convencionais, os dispositivos constitucionais, a legislação*
77 *federal atinente à infância e as resoluções que dispõe direitos à infância e adolescência.* No artigo
78 5º, foi acrescentada a expressão *fiscalização*, já que também foi acrescentada no artigo 1º. No artigo
79 6º inciso 3º foi perguntado se nas entidades sociais, ficaria com o mesmo status de coordenação e se
80 na redação fica explícito. Outra observação foi que a redação fica muito próxima ao artigo 204 da
81 Constituição Federal inciso I sendo sugerido a repetição do referido artigo. Nesse sentido, foi
82 proposto tratar do assunto em incisos diferentes. Desmembrar o que é coordenação e o que é
83 execução ficando a redação por conta da comissão, indicada acima. Também foi colocada a
84 proposta de preservar o texto original que é o texto constitucional. O presidente colocou em votação
85 da seguinte forma. Primeiro, pela manutenção do texto e segundo, pela alteração do texto. O texto
86 foi mantido com nove votos contra oito. As observações que foram enviadas deverão ser
87 incorporadas. O texto será enviado eletronicamente e será considerado aprovado. Dando
88 continuidade, passou-se ao Relato da Comissão Organizadora da VI Conferência Nacional DCA. O
89 conselheiro Amarildo informou que os recursos estão acertados podendo desde já contar com a
90 ajuda dos Ministérios da Saúde e dos Esportes. Sobre os recursos da Secretaria Geral da Presidência
91 da República, juntamente com o presidente José Fernando, levou essa preocupação ao Ministro Luis
92 Dulci, de que havia recurso previsto, porém estava contingenciado. A solução por ele apresentada
93 foi que o restante será arcado pela SPDCA através dos valores tirados dos projetos aprovados até
94 onde for suficiente pra pagar o restante do evento e as publicações e quando o dinheiro for liberado,
95 provavelmente depois da Conferência, cobririam os projetos que ficaram prejudicados. A
96 indignação entre os conselheiros foi geral. Na opinião de todos, a solução apresentada pelo
97 executivo foi uma imposição não deixando escolha entre o Conanda aceitar ou não a proposta e que
98 era inconcebível dizer às vésperas da Conferência que ela só irá acontecer se for tirado dinheiro dos
99 outros projetos, que ficariam sem garantia do retorno do dinheiro para a execução dos mesmos. Foi
100 lembrado que para atender os interesses políticos do governo, em apenas três dias foi liberado
101 dezoito milhões, e para atender o Conselho que defende os direitos das crianças e adolescentes
102 desse país não está sendo garantido os recursos necessários para a realização de uma conferência
103 orçada em apenas setecentos mil reais. Após grande discussão, foi proposto o adiamento ou o
104 cancelamento da Conferência. Em seguida houve uma ponderação de que essa decisão fosse tomada
105 no dia seguinte, após reunião entre os conselheiros da sociedade civil. Resolveram então suspender
106 a reunião por meia hora e reunir separadamente conselheiros da sociedade civil e conselheiros
107 governamentais, a fim de decidir o melhor encaminhamento. Nesse sentido, houve uma reflexão e
108 encaminharam no seguinte sentido: como isso implica em alterar uma deliberação anterior do
109 Conanda que foi a aprovação dos projetos, no mês de agosto, e a destinação dos recursos aos
110 mesmos, que fosse colocado em votação. Primeiro. Desconsiderar a deliberação anterior no
111 montante requisitado e não se financiam esses projetos para a finalidade do custeio da conferência.



112 Segundo, Se alterar, fica valendo a proposta do ministro. Pela votação, venceu a manutenção da
113 decisão tomada na plenária de agosto, com 14 votos contra 8. O passo seguinte será encaminhar a
114 decisão para o Ministro Luis Dulci. Dizer que a plenária do Conanda não teve concordância com a
115 alternativa apresentada a presidência e vice-presidência do Conanda em reunião no dia 5 de
116 outubro. Na seqüência, passou-se ao lançamento da publicação "De Olho no Orçamento Criança -
117 Atuando para priorizar a criança e o adolescente no orçamento público". O presidente José
118 Fernando convidou para compor a mesa, o Sr Rubens Naves, da Fundação Abrinq, o Sr Francisco
119 Sadeck, do Inesc, a Srª Marrie Pierre do Unicef, ambos parceiros nessa publicação. O Sr Rubens
120 Naves fez a apresentação dizendo que tratava-se de um documento cuja primeira parte era
121 extremamente importante, informativa, teórica e didática passando desde a questão do PPA, da
122 LDO e pelo orçamento propriamente dito. Destacou o trabalho primoroso realizado pelo Inesc, que
123 foi um grupo fundamental na dialogação com o Unicef e Fundação Abrinq. A partir desse livro, o
124 cidadão poderá aperfeiçoar a sua militância ou a sua ação, no campo político de controle
125 orçamentário. Aproveitou a oportunidade para lembrar que o Conanda hoje é uma instituição
126 extremamente legitimada junto a sociedade civil, junto as organizações pelo Brasil a fora. A srª
127 Marrie Pierre iniciou sua fala dizendo que para o Unicef, garantir os direitos da criança e do
128 adolescente implica não somente para os estados, uma obrigação legal e moral, tem implicações
129 muito concretas nas políticas públicas e, portanto na alocação dos recursos financeiros dos países.
130 Disse também que o conceito de pobreza extrema que as nossas crianças e adolescentes enfrentam
131 pode servir de indicador chave desta violação de direitos. Nesse contexto, acredita que essa
132 publicação é uma contribuição importante para o melhor entendimento, participação e controle
133 social do orçamento público destinado à criança e adolescente. Pelo Inesc, o Sr Francisco Sadeck,
134 enfatizou que depois de dois anos de trabalho, conseguiu-se em cima dessa temática criança e
135 adolescente criar uma metodologia que conversasse no nível da união, dos estados e do município.
136 Com isso seria favorecido o controle social no sentido da alocação de recursos. Informou que além
137 das instituições já citadas, essa publicação teve um apóio muito forte do CEDECA/CE, do Centro
138 de Cultura Luiz Freire e do Instituto Pólis, no processo de desenvolvimento da metodologia. O
139 conselheiro Amarildo Baesso, parabenizou os organizadores e responsáveis pela publicação do livro
140 e disse que esse debate sobre planejamento, orçamento e sobre a aplicação na execução dos gastos
141 públicos é de extrema importância para a sociedade e vem num momento muito importante que é
142 esse da realização das conferências que estão acontecendo. Na sua opinião foi um acerto enorme do
143 Conanda ter escolhido esse tema do controle social. Também o fato de lançar no Conanda, é mais
144 uma oportunidade de faze-lo visível num momento como esse. A conselheira Elisabete perguntou a
145 srª Marrie Pierre, como funciona o Fundo das Nações Unidas para criança e sugeriu que o Unicef no
146 âmbito das Nações Unidas, fizesse uma propositura de que em hipótese alguma os orçamentos
147 criança de todos os países do mundo, sofresse contingenciamento por conta das políticas desses
148 países. A srª Marrie respondeu que já temos o artigo número 4 da Convenção sobre os Direitos da

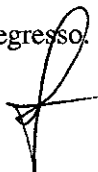


149 Criança e que os estados que já ratificaram, já têm a obrigação de colocar a maioria dos recursos
150 para o assunto da criança. Que esse compromisso já está sendo contemplado. Que aqui, na América
151 Latina é um exercício da prática. O conselheiro Renato enfatizou como CEDECA/CE que, para
152 alterarmos a situação de absoluta iniquidade que vive a infância brasileira, é necessário um outro
153 estado. Para haver um outro estado mais democrático, mais transparente, é necessário que o
154 orçamento se faça acessível. E em nome do que foi colocado, do Direito Humano, a participação de
155 crianças, nós devemos entender também o exercício desse direito para o controle social e aí incluir o
156 controle social do orçamento público. O sr Rubens Naves concluiu dizendo que o desafio daqui pra
157 frente é tornar esse livro em realidade e que a maior instituição brasileira a ser beneficiada com essa
158 metodologia era o Ministério Público. O presidente José Fernando, parabenizou em nome do
159 Conanda a Fundação Abrinq e demais parceiros para essa publicação e informou que a publicação
160 será disponibilizada na VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na
161 seqüência foi oferecido um coquetel pelo lançamento. No dia dezoito, o primeiro ponto a ser tratado
162 foi a apresentação do calendário de reuniões para 2006 tendo sido aprovado com apenas a alteração
163 do local de reunião do dia nove de novembro, que foi transferido para o Auditório do Ministério das
164 Comunicações, no subsolo. Na seqüência, a conselheira Júlia deu continuidade a apresentação do
165 relatório da VI Conferência Nacional. No item, convidados, decidiu-se que cada instituição não
166 governamental e Ministérios representada no Conanda, terá direito a dois convidados. Também
167 serão convidados os organismos internacionais e patrocinadores. Neste sentido, surgiu uma dúvida
168 se incluiriam ou não o Fórum Nacional dos Centros de Apoio Operacional da Infância e da
169 Juventude. Foi colocado em votação, duas propostas. A primeira, pela inclusão desse Fórum e a
170 segunda, pela não inclusão. A proposta pela inclusão venceu com quatorze votos a favor e dois
171 contra. Ficou então, estabelecido um participante para cada um dos seguintes Fóruns: Fórum
172 Colegiado de Conselho Tutelar, PET, Fórum DCA, FONACRIAD, Fórum de Conselho dos
173 Promotores e Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência. Sobre o conteúdo das peças, decidiu-
174 se que o conteúdo dos bannes será discutido eletronicamente através de propostas encaminhadas a
175 todos os conselheiros. O botom será a logomarca da VI Conferência e os painéis, a logomarca e os
176 patrocinadores. Ainda em relação as peças, foi apresentado um cartaz da VI Conferência e nele
177 estava como realização do Conade, SPDCA, Subsecretária de Direitos Humanos e também o
178 PNUD. No entendimento da comissão, quem organiza a Conferência é o Conanda e a Subsecretaria
179 de Direitos Humanos. O presidente, José Fernando esclareceu que esse caso não tem discussão pois
180 a resolução que convoca a Conferência é bem clara quando diz que a realização da Conferência, é
181 do Conanda e Subsecretaria de Direitos Humanos. Teve um posicionamento da comissão sobre a
182 não inclusão dos Fóruns locais na delegação dos estados SE e DF, que chegou via telefone, onde
183 foram excluídas as vagas do Fórum, quanto delegados. A comissão decidiu que qualquer
184 posicionamento tem que vir por escrito e o entendimento da comissão é que é muito claro quem são
185 os delegados dessa Conferência. Foi referendada a relação dos facilitadores proposta pela



186 Comissão, tendo sido proposto pela conselheira Maria Izabel, a retirada dos nomes indicados nos
187 itens, seis, oito, dez e vinte e cinco, por entender que os mesmos têm que ter dedicação de tempo
188 total e ao seu ver essas pessoas seriam muito ocupadas não tendo condições de atender essa
189 necessidade. A proposta foi aceita. Dando continuidade, passou-se à apresentação do debate e
190 deliberação sobre o SINASE. O conselheiro Paulo Marques esclareceu que tinha quatro capítulos a
191 partir do 7 para concluir. O número 8, 9 e 10. Foi feita a leitura do texto com os destaques. No
192 capítulo 7.1 depois de resoluções, acrescentar *dos respectivos conselhos*. No 7.1-7, definir
193 capacidade e o que é unidade. No segundo parágrafo, definir quais são as mudanças de fase. O
194 conselheiro Paulo explicou que existe uma fase de atendimento inicial, outra de atendimento de
195 integração, outra de atendimento de projeto de vida e que ainda poderia surgir uma quarta fase que
196 seria a fase de proteção. Sobre o conceito de unidade e conceito de módulo foi questionado que
197 seria importante deixar claro para os estados para evitar outras interpretações. No parágrafo
198 seguinte acrescentar convivência familiar e *comunitária*. O conselheiro Renato ressaltou que em
199 várias passagens coloca-se entre aspas, conceito da justiça retributiva, reabilitação, ressocialização,
200 inserção social, inclusive entre aspas, dando ao leitor a correta impressão de que não concordamos
201 com esse conceito. Sugere então, adotar o outro padrão para não ficar um documento cheio de
202 conceitos entre aspas. A sugestão foi aceita. No segundo parágrafo, na terceira linha, a sugestão foi
203 colocar antes de jovens, *adolescentes*. Na página seguinte em relação aos três modelos de 30,
204 resguardar que nesse módulo intermediário onde o adolescente pode sair para atividade externa,
205 cuidar para que não vire uma semiliberdade. O conselheiro Amarildo sugeriu deixar uma
206 flexibilidade maior. A conselheira Maria Izabel fez uma *proposta (fora do microfone)*, que foi
207 aceita, não sendo possível por esse motivo, dá maiores detalhes a não ser que foi suprimido o
208 parágrafo que começa no *referido conjunto e vai até apoio operacional*. O ponto seguinte, seria
209 compartilhamento de espaço em comum, porém nada mais foi tratado nesse capítulo pela
210 necessidade de ser todo revisto em função de tudo que foi definido. Será necessário fazer uma
211 redação completa desse capítulo 7, em adequação com a discussão dessa assembleia. O próximo
212 capítulo, de número 8, trata da Gestão. Esse capítulo, foi trabalhado uma parte dele na assembleia
213 de julho e foi feita algumas adequações acordadas na plenária sendo que, ao ser trabalhado no
214 comitê de redação foi avaliado a inconsistência de muitas questões. Foi visto que não tinham
215 subsídio suficiente. Por isso, preferiram fazer um capítulo mais genérico para depois ser desdobrado
216 numa NOB de recursos humanos específica. Foi feita a leitura do texto, e a proposta que foi aceita
217 foi voltar ao capítulo como era com as adequações salientadas, recompor e trazer para a plenária.
218 Antes de passar para o capítulo 9, a conselheira Maria Izabel quis que deixassem claro, a questão do
219 coordenador da equipe pedagógica e do coordenador de equipe funcional básica. Se no caso da
220 segurança, poderia ser a mesma pessoa. O conselheiro Paulo esclareceu que a dificuldade é que
221 geralmente um tem nível superior e o outro não, gerando dificuldade no relacionamento apesar de
222 ter estado que adota esse papel único mais sempre acaba prevalecendo a segurança. Foi colocado na

223 mesma função a mesma competência por ser melhor, mais é mais difícil agregar. A conselheira Jane
224 sugeriu a criação de um parágrafo que diga da necessidade do plano de cargos e salários e também
225 da capacitação permanente. Ao seu ver, podemos ter monitores que sejam educadores capacitados a
226 fazer uma contenção física sem agressão. O presidente José Fernando entendeu que toda essa
227 reflexão vai balizar a elaboração desse capítulo que terá nova redação. No capítulo 9, trata da
228 questão da gestão do sistema de financiamento. Nesse item, foi informado que o máximo que se
229 conseguiu avançar dentro do governo federal, foi deixar como está. A proposta do conselheiro
230 Paulo foi de supressão do 9.1.1 e aproveitar um pedaço do 9.1.2. O presidente José Fernando disse
231 que no artigo 227 da Constituição Federal no § 7 diz que em relação ao atendimento dos Direitos da
232 Criança e do adolescente, levar-se-á em consideração o disposto no artigo 204 que diz que as "ações
233 governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com os recursos do orçamento da
234 seguridade social previstos no artigo 195 da Constituição além de outras fontes e organizados com
235 base nas seguintes diretrizes". O entendimento é que quando o artigo 227 remete para o artigo 204,
236 no atendimento da política dos Direitos da Criança, os recursos dessa política devem ser
237 contemplados com recursos da seguridade social que estão no artigo 195. Então, isso tem que está
238 refletido dentro desse capítulo do financiamento. O conselheiro Paulo sugeriu não tratar do
239 financiamento dentro do Sinase, mais colocar nesses moldes e também lá no PL que já se encontra
240 na Casa Civil. O presidente José Fernando entendeu que houve consenso na proposta sendo
241 necessário criar um grupo pra pensar o custo do Sinase. Houve uma outra proposta de fazer todo
242 levantamento das outras fontes, das possibilidades no escopo do Sinase. Criar um GT técnico com
243 dois perfis. O presidente do Conanda precisou se ausentar, juntamente com o vice-presidente,
244 Amarildo Baesso para uma reunião com a Sr. Iranete da Secretaria Geral da Presidência da
245 República, sobre o orçamento para VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
246 Adolescente, passando a presidência dos trabalhos para o conselheiro Cláudio Augusto. Um de
247 legislação e outro político. Foi indicado o nome do conselheiro Renato e da conselheira Enid com o
248 apoio da secretaria. A conselheira Enid sugeriu convidar alguém do Planejamento, do Ministério da
249 Justiça, da Assistência Social, SEDH, Subsecretaria, e Fonacriad. Os dois do Conanda serão um da
250 comissão de Políticas Públicas e um da Comissão de Orçamento. Também foi estabelecido o prazo
251 de sessenta dias. No capítulo 10, Monitoramento e Avaliação do Sinase, foi feita a leitura do texto.
252 O primeiro destaque foi a *inclusão do fortalecimento do SIPIA*. Em relação a isso, no início tem
253 dois tipos de monitoramento e avaliação, qualitativo e quantitativo. As modalidades, portanto, com
254 tempo estratégico, sobre fluxo da rede a partir do INFRO INFO que é o SIPIA. Então já está aí o
255 SIPIA como grande instrumento nacional de monitoramento quantitativo que ele permite. Ao lado
256 disso, o monitoramento e avaliação das qualidades dos programas de atendimento da realização do
257 estudo de caso como outra fonte de aprofundamento teórico. A proposta é acrescentar na introdução
258 do documento do SIPIA II. No 10.1 trata do Objetivo do monitoramento e avaliação do SINASE.
259 No 2, O primeiro questionamento foi sobre o egresso. Sobre a caracterização do perfil do



260 adolescente. Se não seria um indicador saber o perfil da família do adolescente. Também sobre a
261 comunidade local o que teria de serviços e de atividades que poderia fazer a integração do
262 adolescente na comunidade. Nesse sentido foram feitas duas propostas de inclusão. Colocar o
263 indicador que trata da questão sócio familiar do adolescente e uma pergunta. Não necessitaríamos
264 saber do indicador, o que temos na comunidade pra acolher esse adolescente? Sobre o egresso, o
265 conselheiro Paulo disse que esse assunto foi discutido no ano passado e foi retirado porque
266 entenderam que não tinha nada a ver com o sistema sócio educativo. A questão da incidência já está
267 colocada no item 2. É um egresso que está reincidindo. A conselheira Enid quis saber se daria pra
268 pedir um indicador sobre vitimização de quando ele adentra ao sistema e a adequação da sanção
269 aplicada. O conselheiro Paulo esclareceu que no SIPIA já tem o ato cometido e a sentença aplicada.
270 Se pegar o feito como internação, vê-se que tem um equívoco nessas duas coisas. Na portaria da
271 saúde foi colocado essa obrigatoriedade. Daria pra transferir para ser usada como indicador. O
272 encaminhamento foi que a vitimização será usada como indicador. No próximo item tratou do
273 processo avaliativo e de monitoramento. A conselheira Maria Izabel voltou a falar sobre os dados
274 do perfil do adolescente, sobre colocar dados das condições sócio educativas e sócio econômicas do
275 adolescente e da sua família. O conselheiro Helder lançou uma dúvida quando se fala no SIPIA. O
276 monitoramento e avaliação vão ser feitos a partir do SIPIA, entretanto, tem muitos lugares que o
277 SIPIA não está implantado. Então como é que vai ter esse monitoramento? O conselheiro Paulo
278 esclareceu primeiro em relação sobre o questionamento da Conselheira Maria Izabel que esses itens
279 existentes é como o sistema já está estruturado. Não dá pra incluir neste formato. Teria que ver a
280 base de dados do SIPIA. Porque só trata do adolescente. Sobre o monitoramento, informou que vai
281 ser trabalhado com dados agregados, informações do nível nacional e indicadores sócios
282 demográficos. O que pode ser feito é combinar alguns indicadores e depois ver indicadores
283 nacionais pra depois fazer essa comparação. Monitoramento e avaliação da qualidade dos
284 programas sócio educativos. Nas categorias e indicadores de avaliação, categoria 1, incluir *direitos*
285 *políticos, sexuais e reprodutivos, sobre o adolescente privado de liberdade*. Na categoria 2 (houve
286 inclusão fora do microfone). Na categoria 3, incluir *apoio ao egresso no caso de internação*.
287 Categoria 4, Gestão e Recursos Humanos, incluir *planos de cargo e salários*. Nos Direitos
288 Humanos, na categoria 4, entrar *Programa de liberdade assistida e capacidade de atendimento e*
289 *gestão*. Em relação ao estudo de caso, vai ser realizada uma pesquisa mais de caráter qualitativo que
290 visa aprofundar o conhecimento. O encaminhamento para o texto final foi o seguinte: Processo de
291 aprovação, meio eletrônico internamente por partes, e fazer o lançamento público
292 preferencialmente, na Conferência. Em seguida foi dado um informe sobre reunião realizada no
293 CNAS sobre o Plano Nacional do Direito a Convivência Familiar e Comunitária com a participação
294 do conselheiro Helder, conselheiro José Eduardo, Sr Alexandre pela Secretaria de Direitos
295 Humanos e Srª Angélica pelo MDS. O grupo entendeu que o documento está muito voltado para a
296 Assistência Social deixando de contemplar outros setores importantes (educação, saúde, trabalho e



297 emprego, etc), não garantindo os direitos da Criança e do Adolescente. Razão pela qual o
298 documento terá que ser revisto e pedem ao Conanda que assuma a atribuição de passar essa
299 informação para os outros conselhos para que possam também contribuir na elaboração do
300 documento e posterior discussão com o CNAS. O plenário resolveu que o grupo de trabalho deve
301 formalizar ao Conanda dizendo o que está insuficiente e quais são os pontos fragilizados que devem
302 ser revistos. No dia dezenove, houve a apresentação da execução orçamentária de 2005 e proposta
303 orçamentária para 2006 referente às ações dos Ministérios da Educação, Esporte, MDS, Trabalho e
304 Emprego e Subsecretaria de Direitos Humanos, além do Ministério do Planejamento e relacionados
305 à Criança e ao Adolescente. O presidente José Fernando falou do momento importante na vida do
306 Conanda pela primeira vez olhando para o orçamento do governo federal para além dos recursos
307 que são colocados no Fundo da Infância e na Subsecretaria de Promoção da Criança e Adolescente.
308 É preciso olhar para o que foi previsto e aprovado na Lei Orçamentária de 2005, a execução e a
309 previsão orçamentária de cada um desses ministérios para o ano de 2006. Antes da composição da
310 mesa a conselheira Lodi deu um informe sobre o CNPQ, que é um órgão de fomento da área de
311 pesquisa a nível superior e está aprovando uma lista para novas especialidades. A comunidade
312 acadêmica já espera por algum tempo pela mudança da nomenclatura da área de pesquisa e o que
313 consta na lista na área do direito da criança e adolescente é serviço social do menor. O prazo para
314 mudança vence no próximo dia 30. Se o Conanda não se manifestar essa nomenclatura vai valer
315 pelos próximos dez anos. Propõe que o texto da carta seja aprovado via eletrônica para ser
316 encaminhada imediatamente. A plenária entendeu que devido a urgência seria composto um Grupo
317 formado pela conselheira Lodi e conselheira Tereza para cuidar desse documento para aprovação
318 ainda nesta assembléia. A proposta foi aprovada. Na seqüência, O Ministério do Desenvolvimento
319 Social e Combate a Fome iniciou sua apresentação com a participação do Secretário Nacional de
320 Assistência Social Dr. Oswaldo Russo, Sr Caio, assessor da Subsecretaria de Planejamento e
321 Orçamento do Ministério do Ministério e a Srª Sandra, assessora do Fundo Nacional de Assistência
322 Social. O Dr Oswaldo Russo começou dizendo que o Ministério do Desenvolvimento Social e
323 Combate a Fome tem uma série de programas, serviços benefício e ações voltadas para as famílias e
324 as crianças. Tentou-se separar o que está voltado diretamente a criança e adolescente no que diz
325 respeito ao orçamento não só no sentido do que está na Assistência Social, mais no ministério como
326 um todo. Disse que têm três secretarias e a Secretaria da Assistência social hoje, comanda o fundo.
327 Tem também o programa de transferência de renda que é um grande programa nacional, o Bolsa
328 Família e que agora, no próximo ano a condicionalidade de erradicação do trabalho infantil devido a
329 integração que vai ser feita entre o PET com o Bolsa Família e tem também o programa de
330 Segurança Alimentar. Na apresentação feita o nível de execução orçamentária de 2005 e a
331 desagregação foram feitos pelos programas, pelas rubricas em termos gerais, depois será
332 desagregado de 85 e 86 no orçamento, mostrando a evolução do orçamento e como vai ficar em
333 2006. Disse que temos hoje 80% de nível de execução do Ministério como um todo até dezoito de



334 outubro e que sendo assim, o nível de execução vai chegar a 100%. Esse é o maior nível de
335 execução orçamentária dos Ministérios. Falou sobre o nível de execução detalhado de cada
336 programa do Ministério projetando as planilhas que foram distribuídas para todos os conselheiros
337 fazerem o acompanhamento. O presidente abriu para o debate. O primeiro inscrito foi o conselheiro
338 Renato que elogiou essa iniciativa do Conanda. Sua primeira dúvida foi sobre a evolução
339 orçamentária para 2006 em alguns programas. Ela é percentualmente menor que a projeção da
340 metafísica. Que isso pudesse ser comentado. O mesmo em relação ao Bolsa Família e sobre a queda
341 no orçamento do fundo criança para 2006, de 27%, visto de um modo geral na planilha. A
342 conselheira Jane, questionou as ações sócio educativas. Quis saber as destinações em termos de
343 estado e município e para onde estão indo as do ano passado. Sobre o aumento de 59% para o
344 próximo ano, se tem alguma ação priorizada e qual a metodologia para chegar até lá. Qual seria o
345 papel do estado nesse encaminhamento aos municípios. O conselheiro Pedro quis saber como é que
346 o MDS consegue ter uma execução orçamentária tão boa e o que pode fazer para ajudar os outros
347 ministérios conseguirem o mesmo. O Dr Oswaldo Russo respondeu em termos gerais dizendo que
348 na verdade o que foi feito foi uma mudança de piso. A reorganização qualifica melhor a Assistência
349 Social. O grande ganho da Assistência hoje, não é aumentar o financiamento. O grande problema
350 hoje é com um pouco de recurso a mais dá uma eficácia a esse atendimento. Se atende mais, com
351 maior qualificação. Temos a questão dos grandes programas com grande impacto de transferência
352 de renda, o BPC e o Bolsa Família. Mais queremos que os outros programas e as outras ações
353 também cresçam. Não é só a transferência que faz diferença, nós temos que acreditar também na
354 eficácia geral do sistema. A conselheira Margarida falou sobre as ações sócio-educativas. É
355 universalizar no sentido de atender toda a faixa etária que trabalha e todas as atividades infantis.
356 Antes, eram só as piores formas. Agora todas as atividades de trabalho infantil priorizando quem
357 está numa situação de trabalho mais grave. Srª Jane, presidenta do Fonacriad, Falou que o estatuto
358 tem um problema, que é o termo ação sócio-educativa. Como foi separado na planilha, gostaria de
359 saber em separado o que está previsto média e alta complexidade, lá na execução sócio-educativa de
360 menino que ganhou medida sócio-educativa. O Dr Oswaldo sugeriu que o Sr Caio e a Srª Sandra
361 viessem numa comissão detalhar todos os questionamentos. O conselheiro Cláudio falou que as
362 emendas parlamentares eram a coisa mais séria no momento. Sugeriu que fossem as bancadas pra
363 ver se seria possível fazer uma discussão com a SEDH pra fazerem uma ação conjunta. O Dr
364 Oswaldo esclareceu que não houve contingenciamento. O dilema é que foi feita uma grande
365 mudança da gestão e da forma de financiamento. No caso do CRAS, um dos problemas que tem no
366 orçamento e que não foi resolvido, é a questão dos investimentos. A outra questão, é a da avaliação.
367 O orçamento é disputado. Em relação a publicidade, só agora foi liberado os cinco milhões para
368 esse fim. Quanto a ação de medida sócio-educativa em conflito com a lei existe um buraco. Na
369 política de assistência social que está sendo executada, não tem recurso pra elas. Elas estão sendo
370 feitas pelos estados e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Sr Caio



371 deu mais um esclarecimento sobre a ação de avaliação. Que o recurso foi maior porque veio via
372 Congresso Nacional por emenda parlamentar. Da mesma forma o CRAS. Se não foi executado foi
373 por falta da apresentação de projetos. O presidente José Fernando apresentou dois
374 encaminhamentos. Primeiro, reunião com o sr Caio, Srª Sandra, Subsecretaria de Direitos Humanos,
375 um integrante da Comissão de Orçamento do Conanda, sugerindo o conselheiro Pedro, para olhar
376 especificamente para o orçamento criança de forma detalhada. Além disso, pensar como trabalhar
377 de forma articulada com Conanda, CNAS, Planejamento, pra pensar em relação as emendas.
378 Agradeceu ao Secretário e sua equipe e já convidando o secretário Executivo do Ministério da
379 Educação e Cultura, Dr. Jairo Jorge da Silva, a Srª Junia o Sr Carlos Moreira e a Srª Perla para
380 compor a mesa. O Secretário dividiu em dois momentos. Primeiro, sobre a visão mais geral que
381 norteia a política do MEC, a sua ação estrutural e apresentar a proposta e a execução orçamentária e
382 o PL que está previsto para 2006. Começou dizendo que a escola é o espaço republicano e efetivo
383 através da educação deste encontro com a sociedade brasileira. É a chave do novo modelo de
384 desenvolvimento da nação. A partir dessa visão estamos construindo uma visão que passa por
385 quatro eixos. A alfabetização, a educação básica, a educação profissional e a educação superior.
386 Hoje estamos diante de um apagão educacional exatamente porque quando se pensou o FUNDEB,
387 não se pensou todas as conseqüências que essa medida iria arcar e não se pensou no tempo certo as
388 medidas necessárias para dar conseqüência a essas políticas. Nós temos hoje, apenas 32 % dos
389 nossos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio. Tem 97% das nossas crianças no ensino
390 fundamental. Hoje, em muitas cidades do nordeste, os jovens que terminam o ensino fundamental
391 não têm acesso a vagas. Não tem escolas. Por isso que essa visão sistemática é necessária. Acho que
392 os dois grandes dilemas que o Brasil tem hoje, é o da inclusão e o da qualidade. Na educação
393 profissional, conectar com a política industrial do país. Nós não podemos pensar em uma política
394 industrial sem pensar a formação dos nossos técnicos. Tem um conjunto de projetos como escola de
395 fábrica, a educação de jovens e adultos, um módulo com ensino médio com educação técnica
396 profissional, o PROEJA, que nós estamos desenvolvendo e por fim a educação superior. O conjunto
397 das nossas políticas tem relação direta com as crianças e com os adolescentes. A grande
398 preocupação é monitorar as políticas de tal forma que a execução orçamentária, que é a expressão
399 portanto, da capacidade de nós realizarmos ela possa estar conectada com o desejo e a vontade que
400 todos nós temos que a nossa ação seja efetiva e eficaz. A segunda etapa é a apresentação da
401 execução orçamentária e o PL. Apresentou todos os programas e ações e a execução orçamentária
402 de cada um detalhadamente. Abrindo o debate, a primeira indagação foi do conselheiro Renato em
403 três campos diferenciados. Primeiro, sobre a execução de alguns programas de 2005, outra sobre a
404 proposta orçamentária de 2006 e a terceira, sobre políticas relativas a qualidade da efetivação do
405 Direito Humano na educação. A Srª Jane, presidenta do Fonacriad questionou em relação a
406 propaganda de chamamento da sociedade pra se envolver na questão da educação especial e da
407 inclusão do portador de necessidade especial dentro da escola. O que se vê na execução



408 orçamentária é que menos da metade do orçado foi executado. Será que mais do que a outra metade
409 que ficou pra trás vai conseguir ser executada em dois meses? Outra questão foi em relação ao
410 FUNDEB. Porque na verdade a retenção é automática. Também se foi previsto no recurso
411 executado do desenvolvimento do ensino fundamental o programa do livro didático e da leitura na
412 escola. Finalmente sobre a ampliação das vagas no ensino superior. Isso está sendo priorizado a
413 alguma região do país? O conselheiro Pedro quis saber sobre a questão do empenho que é diferente
414 do que é pago. Segundo, se a chave do processo de educação passa pelo investimento. O aumento
415 real das ações de 2005 para 2006 de todo o MEC foi de 0,01%. Então é prioridade o que se fala de
416 construir políticas públicas? A conselheira Elisabete perguntou se houve contingenciamento nas
417 verbas da educação e de que parte? Outra coisa é se realmente a educação infantil não é tão
418 importante assim? O conselheiro Helder também gostaria de entender melhor a respeito do item
419 operações especiais da dívida interna e externa onde houve execução em detrimento da não
420 execução de tantos outros programas. A conselheira Lodi, perguntou sobre o direito do adolescente
421 a educação profissional, qual seria a política que o MEC tem. A conselheira Cristina, disse ter
422 identificado ações destinadas para a população negra e partindo desse princípio pergunta pra que se
423 destina esses recursos e se nessa ação está inserido a implementação da lei 10639. A conselheira
424 Karina mostrou-se preocupada com a qualidade da educação e questionou o recurso pra formação
425 de professores como também sobre a educação infantil de zero a três anos, se saindo o atendimento
426 educacional da assistência social para o MEC, se o recurso acompanharia. O Secretário Jairo,
427 esclareceu que o valor do FUNDEF é menor por questão técnica. Estão intencionando pra que seja
428 votado no Congresso agora para que o FUNDEB tenha validade em 2005. Continuou fazendo uma
429 observação geral. Disse que o líquido é uma coisa e empenhado é outra. Quando se empenha, está
430 autorizado não tendo mais nada que impeça o pagamento. Quando o apoio está zero, são os recursos
431 que são passados para as prefeituras e fazem parte desses PPAs que estão em tramitação. Nós
432 queremos zero, mais não é fácil chegar a esse percentual. Nós temos um contingenciamento de
433 quatrocentos milhões no orçamento. Temos trezentos e setenta milhões que são emendas
434 parlamentares. Então, tem um conjunto de emendas que é bem significativo e esperamos que sejam
435 liberadas. Com relação a educação superior, temos critérios baseados na avaliação e na qualidade.
436 Com relação ao FUNDEB, não é tão mecânico. Há um aumento percentual que passa de 15% a
437 20%. Segundo, que há uma cesta de impostos maior do que o FUNDEF exigindo uma certa
438 repactuação. Por isso que aumenta de 30 para 50. A questão da dívida interna e dívida externa. Os
439 nossos recursos são oriundos de empréstimos dos bancos. Os recursos estão abaixo da nossa média
440 geral. Com relação a educação profissional, lembrou que havia um decreto que impedia os alunos
441 de fazer o ensino médio junto com o ensino profissional. A segunda herança, é que tinha uma lei
442 que impedia a construção de escolas federais, os CEFET's. Estamos tentando recuperar investindo
443 nas redes federais e dinamizar as belíssimas escolas que já foram construídas. Pra isso temos três
444 ações. Recuperar e reestruturar a nossa Rede Federal que são mais de cento e sessenta escolas,



445 CEFET's e Agrotécnicas. A segunda ação é implantar o PROEJA e como terceira medida, as
446 escolas de fábrica que são quinhentos e cinquenta e oito escolas. Por fim, a questão dos
447 Quilombolas. Tem um conjunto de projetos que atendem a questão da lei. Sobre os recursos do
448 MDS para o MEC, nós estamos trabalhando pra isso. Esperamos que não seja transferência só de
449 responsabilidade. Encaminhamentos: Específico em relação ao FUNDEB. O Conanda já tem uma
450 posição que já foi externada publicamente através de uma nota, para que de fato, tenhamos a
451 aprovação da PEC 415 ainda esse ano, garantindo a educação infantil. Que nos concentremos em
452 somar esses esforços com o MEC para fazer com que além da aprovação também, os incrementos
453 dos recursos para esse fundo. A apresentação seguinte foi do Orçamento da Subsecretaria de
454 Direitos Humanos. Após a apresentação do orçamento, a conselheira Elizabete questionou sobre o
455 orçamento SEDH. Lamentou a perda de status da Secretaria de Direitos Humanos em 2005 para
456 Subsecretaria. Analisando o orçamento percebe-se questões graves como: 1) Na erradicação do
457 Trabalho Infantil, na ação de apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil foram previstos
458 cento e vinte e um milhões e a execução foi zero e para 2006, a previsão é de apenas sessenta e
459 cinco mil reais. No Combate ao Abuso e Exploração Sexual foi executado apenas 2,52% em 2005 e
460 haviam seis ações. Em 2006, só aparece uma ação e com valor reduzido. Fica evidente que o
461 combate ao abuso e Exploração Sexual está sumindo dos Direitos Humanos, pois várias ações
462 foram cortadas para 2006. Sobre a Erradicação do Trabalho Escravo, é lamentável perceber que só
463 foram executados 14,66% dos recursos e em 2006 terá um corte significativo. No Atendimento do
464 Adolescente em Conflito com a Lei, em 2006 caíram fora as ações 0826 e 0878 deixando só a 0880.
465 A 0826 diz respeito ao apoio ao serviço de plantão ou de atendimento inicial e a 0878 a construção,
466 reforma e ampliação de unidade restritiva e provisória. Não aparece nenhuma previsão de recurso
467 para o SINASE em 2006. Já no programa 0153, Promoção e Defesa dos Direitos eram onze ações
468 em 2005 que representavam treze milhões. Em 2006, só ficaram duas ações que representam três
469 milhões. Onde foram parar os dez milhões anteriores? Na ação 09AT do Registro Civil, a execução
470 até outubro de 2005 foi zero e em 2006, a proposta mostra uma redução de recursos. No programa
471 8017, Proteção de Adoção e Combate ao Sequestro Internacional, na ação 6262, a execução em
472 2005 foi zero e em 2006 a proposta cai também o que nos leva a perceber que o Combate ao
473 Sequestro Internacional não está acontecendo. O conselheiro Cláudio ressaltou que as medidas
474 sócio-educativas, tem que ter o seu orçamento e que ficou surpreso quando o Secretário Oswaldo
475 Russo disse, que o financiamento dessas medidas não estão em lugar nenhum. Em função disso
476 fazia três propostas de encaminhamento. Primeiramente, seria encaminhar essas emendas
477 especificando a questão das medidas sócio-educativas. Segundo, Durante esse mês, a partir da
478 notícia da votação da MP, reaglutinar os atores envolvidos nos Direitos Humanos desse país.
479 Terceiro, esse financiamento que compõe um dos eixos que é a mobilização do controle social que
480 temos que está fomentando através da organização dos Fóruns. A conselheira Marta, questionou
481 sobre a ação que é o apoio ao Centro de Referência em Direitos Humanos que não apareceu. A Sr^a



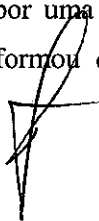
482 Jane, presidenta do Fonacriad, perguntou onde estava o recurso que garante o funcionamento do
483 Conanda. O conselheiro Paulo informou que em relação aos três programas da área da criança, a
484 execução tem a ver com o processo de aprovação dos projetos desse ano. Dos recursos
485 disponibilizados, nós estamos com previsão de empenha-los e pagá-los até quinze de dezembro. Em
486 relação a diminuição pra 2006, foi uma opção estratégica. A ação mobilização não foi orçada
487 também. Dá para coloca-la via emenda para 2006. Em relação a manutenção do Conselho, ela existe
488 dentro do Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma ação que se chama
489 Gestão e Administração dos Programas. A ação 2272, que nesse ano tinha previsto trezentos e
490 noventa e oito mil de orçamento, já empenhamos os trezentos e noventa e oito mil. Um outro
491 programa que é Gestão da Política de Direito Humano para 2006, foi previsto nessa ação quinhentos
492 mil reais no orçamento 2006 pra fazer a administração e apoio. Diante dessa redução dentro da
493 secretaria, o conselheiro Helder perguntou quais são as ações pra tentar mudar esse quadro. O
494 conselheiro Paulo esclareceu que na assembléia de março foi entregue a proposta orçamentária
495 elaborada pela equipe técnica. Na área da criança, propusemos um orçamento de duzentos e noventa
496 e um milhões. O presidente José Fernando tentando juntar as reflexões feitas em todo o período
497 entendeu que tinha três encaminhamentos. Primeiro, aguardar a real possibilidade da volta do status
498 de Ministério da Secretaria de Direitos Humanos. Isso acontecendo, o Conanda, o movimento de
499 Direitos Humanos e o Fórum DCA, ter uma audiência com o ministro da pasta. Segundo,
500 construção de um grupo que já foram indicadas algumas pessoas. A Sandra e o Caio pelo MDS, o
501 Pedro, pelo Conanda, Paulo Marques, a Enid, pelo Planejamento, pra olharem para o detalhamento
502 do orçamento criança tanto do MDS, como Educação e SEDH. Na próxima semana emendas ao
503 POLA - 2006. Uma em relação a Educação Infantil que é o valor colocado pelo MEC de um bilhão
504 de reais, outra que contempla inclusive em relação ao SINASE, que é trabalhar com o que foi
505 entregue ao Ministro Luis Dulci que é o orçamento de duzentos e noventa e um milhões que tem
506 cento e dez pra atendimento sócio-educativo, enfrentamento do abuso e exploração sexual, duas
507 seriam elaboradas para o MSD. Propôs que seja esse o movimento em relação ao Congresso
508 Nacional. Em seguida o conselheiro Paulo apresentou dois informes. O primeiro em relação a
509 Petrobrás, que solicitou que fosse encaminhado antes de novembro a relação de projetos para os
510 quais queremos doação para este ano para execução no próximo ano e qual o montante. A sugestão
511 é que peguemos os projetos que foram classificados em "B" e também alguns projetos de 2004 e
512 2005 que já podem ter continuidade. A sugestão foi aceita. O segundo informe é que tudo indica
513 que vai sair o contingenciamento do A-2. O montante de recurso do programa de promoção e
514 defesa, tem mais orçamento do que projeto. A proposta é que ao serem descontingenciados os
515 programas da área de promoção e defesa, passemos a conveniar os projetos "B" do sócio educativo
516 com esses recursos, para não perde-los. A proposta foi aprovada. Na seqüência, foi convidado o
517 Ministério do Trabalho e Emprego para fazer a sua apresentação. O Diretor do Departamento de
518 Políticas de Trabalho e Emprego, Dr Ricardo Cifuentes, quis apresentar o que se refere não só ao



519 seu Departamento, mais ao orçamento do ministério, ações tanto de combate ao trabalho infantil,
520 como as ações de estímulo ao trabalho decente para jovens. O que foi executado e o que se tem de
521 orçamento neste ano de 2005, está muito parecido com o que se tem para o ano que vem. Esse ano,
522 operamos na LOA, com um total de um milhão cento e sessenta e cinco mil reais. Até agora foi
523 executado 17% desse valor, onde se destaca a fiscalização de trabalho pra adolescentes. Em relação
524 ao contingenciamento teremos a maior parte do recurso para executar nos últimos meses do ano.
525 Para o ano que vem os valores foram repetidos. Entre as outras ações, tem o programa Primeiro
526 Emprego que pega jovens até 24 anos. Na verdade, agente chegou à conclusão de que é o perfil do
527 jovem que define se ele entra ou não no mercado de trabalho e não o custo que ele representa. Nós
528 não incentivamos estágio em lugar algum e sim, as ações de aprendizagem. Os consórcios estão
529 mais voltados para os jovens de alto risco social e de maior vulnerabilidade. Sobre a locação de
530 recursos dentro do programa. A LOA 2005, nos previu cento e quarenta e dois milhões, dos quais
531 conseguimos liberar setenta e quatro milhões, trezentos e cinqüenta mil reais. Para o ano que vem o
532 nosso quadro é mais obscuro, uma vez que a LOA está prevendo sessenta milhões de reais. De
533 qualquer maneira, já está sendo enviado relatório ao Planejamento comunicando que esse
534 orçamento implica na redução drástica de uma série de atividades que o programa primeiro
535 emprego vem fazendo junto ao adolescente e junto ao jovem. Estão mantidos os duzentos mil reais
536 da fiscalização do trabalhador adolescente, que é recurso originário do orçamento primeiro emprego
537 mais as ações preventivas que vimos construindo desde o início até agora. Essas vão sofrer uma
538 séria restrição. De trezentos e sessenta mil para cem mil jovens. Esse é o quadro. Estamos tentando
539 estabelecer com o MDS, alguma articulação da criança e adolescente que sai do PET para entrar nos
540 consórcios sociais da juventude fazendo disso uma porta de saída. O conselheiro Paulo Marques
541 solicitou esclarecimento sobre a fonte orçamentária do EFAT e como é executado. Também qual é a
542 articulação desse programa com o Pró Jovem da Secretaria Geral. Em relação ao consórcio, a
543 conselheira Jane quis saber quantos estados conseguiram já que o número de exigência é muito
544 grande. Também, como funciona essa oferta para os egressos das medidas sócio-educativas. O
545 conselheiro Pedro, quis saber sobre a execução da ação Erradicação do Trabalho Infantil que o valor
546 é quase igual no PET. O número de crianças atendidas é o mesmo? A outra pergunta é onde estão os
547 Gectipas? Qual é a ação que ele vai se apresentar. Também sobre o empreendedorismo, não tem
548 para 2006. Operações, especiais, financiamento com retorno, reserva de contingência. O que
549 significa tudo isso? Em relação ao programa que trata dos resíduos sólidos, em 2006 tem uma
550 grande redução orçamentária, também no item publicidade aparece espalhado e se perde a noção do
551 que está sendo usado pra esse fim. A conselheira Miriam, quis saber qual é a estratégia que o
552 Ministério vai utilizar pra minimizar o problema em relação a MP 251 que eleva a idade até 24 anos
553 vulneralizando a faixa etária de 14 a 18 anos. Já a conselheira Karina mostrou que de acordo o que
554 foi visto da análise do orçamento 2005 e a LOA 2002, houve um aumento no montante do
555 Ministério do Trabalho no orçamento geral por outro lado houve diminuição drástica de menos



556 133% no primeiro emprego e outros ao mesmo tempo se vê mais de dois bilhões de aumento do
557 orçamento de 2005 para 2006. A pergunta é o que é prioridade tendo em vista que em todos esses
558 programas houve redução drástica. O Dr Ricardo respondeu dizendo ter gostado do conteúdo das
559 perguntas que sugeriria para o próximo planejamento do programa primeiro emprego para o
560 próximo ano que a discussão fosse feita em outra reunião do Conanda, pois esse tipo de
561 contribuição era o que estava faltando. Em relação as fontes orçamentárias responderia por pontos.
562 O recurso do primeiro emprego vem basicamente do recurso da União. É tudo fonte 100. Pouca
563 coisa vem do FAT. Apenas algum recurso de investimento e recursos retornáveis, os recursos de
564 crédito e que 99%, é da União. Sobre a articulação com o Pró Jovem, a lógica que o programa se
565 baseou foi pegar o jovem de baixa escolaridade e elevar até o ensino fundamental completo
566 acrescentando algumas questões relativas à qualificação profissional. Hoje o maior número de
567 oferta é nível superior. Antes era o ensino médio. O critério é pegar quem tem o nível de
568 escolaridade mais elevado. Em relação ao Pró Jovem, a efetividade é bastante restrita. A idéia é
569 pegar o jovem que está saindo do Pró Jovem e colocar no programa do Consórcio Social da
570 Juventude que trabalha a elevação da escolaridade e a qualificação profissional mais dirigida. Os
571 consórcios são redes da sociedade civil onde se potencializa uma ação da sociedade civil no campo
572 da qualificação social e profissional, para inserção no mercado de trabalho. Conseguiu-se colocar
573 efetivamente vinte e um consórcios em todo o país. A oferta para os egressos das medidas sócio-
574 educativas. Essa é uma questão um pouco mais complicada e heterogenia. Tem três consórcios que
575 se destacam muito. O do Rio de Janeiro, o de Belém e o de Porto Alegre. Os Gectipas estão dentro
576 de uma proposta de reestruturação das Delegacias Regionais do Trabalho que ainda não está
577 incluída dentro do Ministério. Quanto ao empreendedorismo, aparece apenas em um lugar porque
578 resolveu-se reorganizar o orçamento. Colocou-se tudo em qualificação Para o Jovem porque dessa
579 forma fica mais fácil a articulação da política do empreendedorismo com os consórcios. Em relação
580 ao financiamento com retorno, as operações especiais, essa é uma parte do programa que é
581 financiada com o recurso do FAT. As operações especiais, são operações de crédito. Na
582 qualificação Profissional, a queda do recurso foi grande. A educação tem um problema sério do
583 mundo de transição do mundo escolar com o mundo do trabalho. Sobre a MP 251 a estratégia era
584 concentrar as ações orçamentárias no público de 16 a 18 anos. Está sendo negociado um decreto
585 para regulamentar a Lei 10097, aprendizagem. Por enquanto, solução definitiva não se tem. O
586 grande mistério da elevação de trinta para trinta e dois bilhões, é que dentro do Ministério tem uma
587 coisa que se chama despesas obrigatórias que é o pagamento do Seguro Desemprego. É
588 constitucional e incontingível. A maior parte dos recursos do Ministério do Trabalho, está
589 concentrada em despesas obrigatórias que é feito com recurso do FAT. O maior problema de
590 desemprego na faixa de dezesseis a dezenove anos, é a baixa escolaridade. A articulação de todos
591 esses programas precisa passar necessariamente por uma articulação com o sistema educacional
592 como um todo. O presidente José Fernando informou que estavam montando um esboço do



593 documento que será apresentado na Frente Parlamentar e na negociação com os Ministérios e com
594 os Conselhos que vai ter uma emenda para a educação infantil de um bilhão, terá também uma
595 emenda que restabeleça a proposta orçamentária enviada pela SPDCA e CONANDA, que é de
596 duzentos e noventa e um milhões, ou seja: ao menos restabelecer os valores do orçamento desse
597 ano. Em seguida foi dado um informe sobre a conversa do Presidente José Fernando e do Vice-
598 Presidente Amarildo Baesso, com a Sr^a Iranete. Informando-a da decisão do Conanda de não alterar
599 a decisão da plenária de agosto, assumiu em nome do Ministro, o compromisso de fazer todo o
600 movimento possível e impossível pra que esse descontingenciamento aconteça o quanto antes. Já foi
601 enviado um memorando solicitando a liberação, de acordo com os valores de hoje que são para o
602 Combate ao Abuso e Exploração Sexual, que é de um milhão e sessenta e dois mil reais. Para o
603 Atendimento Sócio Educativo do Adolescente em Conflito Com a Lei, dois milhões, seiscentos e
604 vinte e três mil reais e para a Promoção e Defesa, seis milhões de reais. Um total de dez milhões de
605 reais. A conselheira Júlia propôs o seguinte encaminhamento: Fazer um convite com uma tarja bem
606 grande escrito urgente, para o presidente, convidando-o para a Conferência, colocando essa questão
607 da falta do recurso e o empenho do próprio presidente para isso. Outra questão foi sobre o prazo
608 para o descontingenciamento, que seria até a próxima reunião. Caso contrário, será feito uma
609 mobilização via Ministério Público, para garantir a realização. Foi colocado em votação o envio do
610 convite ao Presidente tendo sido aprovado com nove votos contra seis e duas abstenções. Também o
611 prazo foi aprovado. Na seqüência, o Ministério do Esporte, na pessoa da Dr^a Mariângela e do Sr
612 Sérgio, Coordenador do Orçamento e Finanças do Ministério. O Sr Sérgio começou apresentando a
613 ação de funcionamento de lucro do esporte educacional. É uma ação do programa Segundo Tempo
614 que é o programa prioritário do Ministério do Esporte e está contemplado na LDO, anexo nas metas
615 e prioridades. O Ministério tentou comparar o orçamento 2005 e a proposta orçamentária enviada ao
616 Congresso em agosto para 2006. A proposta de 2005 contemplou um valor de vinte e oito milhões e
617 a lei saiu com cerca de sessenta e dois milhões, fruto de uma emenda parlamentar. A execução, de
618 acordo com um descontingenciamento que houve de vinte e sete milhões, já foi empenhado
619 quarenta e seis milhões e certamente serão empenhados, os sessenta e dois milhões. Estamos
620 buscando atender a meta que é de um milhão de crianças. Para 2006, de acordo com as referências
621 monetárias estabelecidas ao Ministério do Esporte e atendendo a todos os outros programas
622 existentes no ângulo do Ministério, o valor é de trinta e dois milhões. A visão do programa é
623 voltada para a iniciação da prática desportiva na escola. A conselheira Elisabete identificou de
624 acordo a planilha apresentada que no programa Produção de Material Esportivo por adolescente em
625 conflito com a lei, Pintando a esperança, em 2005, na ação 1245, o Ministério já conseguiu gastar
626 tudo que foi empenhado. Em 2006, não existe mais essa ação. Pergunta porque. Com relação as
627 iniciativas rumo ao PAN 2007, o programa 1246, previu duzentos e sessenta e um milhões para
628 2006 quando em 2005 eram cinquenta e sete milhões mais só gastaram 7,5% até agora. Como vai
629 ser possível um alto rendimento no PAN, quando diminuí os recursos no programa 0181 que era de



630 quarenta e cinco milhões em 2005 e passará a ser vinte e dois milhões em 2006. O programa
631 Esporte e Lazer na Cidade é lamentável que em 2005 a previsão era de trezentos e setenta e cinco
632 milhões, executou só 0,91% e em 2005 está prevendo apenas nove milhões. Já no Segundo Tempo,
633 em 2006, duas ações sumiram que é a 2864 e a 2594. Em 2005, tínhamos cento e quinze milhões e
634 em 2006 ficam só trinta e sete milhões. Outra observação importante é o que se chama de Infra
635 Estrutura. Cai de quarenta e oito milhões para um milhão. Então, ficamos sem infra-estrutura! No
636 total de 2005 para 2006, se perdeu trezentos milhões. A última pergunta é: qual é o tamanho do
637 contingenciamento nesse Ministério? O Dr Sérgio começou respondendo pela questão do Segundo
638 Tempo ter diminuído de cento e quinze milhões para trinta e sete milhões. O orçamento do
639 Ministério aprovado no ano passado foi de seiscentos e trinta e um milhões. Pra elaborar o
640 orçamento, o referencial monetário foi de cento e cinquenta milhões. Com as emendas o orçamento
641 pulou para esse valor. Isso de certa forma responde a pergunta dos cento e quinze para trinta e sete.
642 Sobre as duas ações excluídas, elas foram aglutinadas na ação Promoção e Evento e Esporte
643 Educacional e Participação e Delegação. O esporte e Lazer na cidade, esse é o programa que recebe
644 as emendas e o contingenciamento é feito pela programação do órgão e pelas emendas. Tudo que
645 foi descontingenciado, foi empenhado e celebrado um contrato com a prefeitura ou com o estado
646 para executar e basicamente refere-se à infra estrutura. A questão do Rumo ao PAN. Na verdade ele
647 está passando por reformulações. Existe um Comitê que está regulamentando essas ações. Houve
648 uma discussão entre as três esferas pra saber o que era atribuição de quem. Após essa discussão o
649 Governo Federal vai alocar recurso no valor de duzentos e sessenta e um milhões basicamente em
650 tecnologia do PANAMERICANO. A ação Pintando a Esperança. Existe um programa de inserção
651 social pela produção de material esportivo. A partir dessa produção esse material é distribuído entre
652 os programas sociais, principalmente o Segundo Tempo. Esse programa tem três ações. O Pintando
653 a Liberdade, o Pintando a Cidadania e o Pintando a Esperança. O Pintando a Liberdade, é executado
654 nos presídios federais. O Pintando a Cidadania, é por meio das comunidades em geral e o Pintando
655 a Esperança, por meio de menores assistidos. O gestor desse programa entendeu por bem aglutinar
656 o Pintando a Esperança com o Pintando a Cidadania. O presidente José Fernando, lembrando a
657 questão das emendas, disse que até o momento, são mais ou menos sete emendas. Um conjunto que
658 se refere ao Fundo e a SPDCA, que são aqueles valores do documento já colocado, o do FUNDEB,
659 o do Ministério do Trabalho e Emprego, e esse agora que é ver se restabelece o valor do PL desse
660 ano. Nesse sentido, propõe um grupo formado pelo conselheiro Paulo Marques e o próprio
661 Fernando, a Sandra, pelo MEC, A Drª Mariângela, o conselheiro Ricardo e também o Francisco do
662 INESC, pra que se possa avançar nesse processo de elaboração das emendas ainda nesta semana,
663 pra fazer a negociação com a Frente Parlamentar. Houve consenso. Em seguida convidou o Dr Luiz
664 Guilherme do Departamento de assuntos fiscais da Secretaria de Orçamento Federal e a Srª Tânia,
665 para fazer a apresentação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. O Dr Luiz
666 Guilherme começou com alguns dados de 2005. Logo no início do ano procedeu a avaliação das

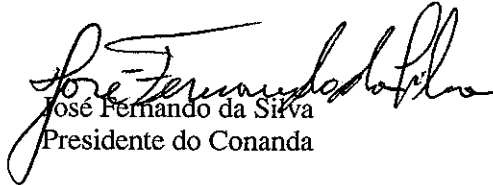


667 receitas primárias do governo central. Estava estimado um volume de quatrocentos bilhões de reais.
668 Foi reestimada essa receita para trezentos e noventa e três bilhões. Uma vez feito isso, chegou-se a
669 uma necessidade de ajuste de 15,9 bilhões. O ATUAL NÍVEL DE EXECUÇÃO DO GOVERNO
670 FEDERAL, DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO. Os órgãos do
671 poder executivo foram divididos em quatro grandes áreas. Área social, os Ministérios que compõem
672 a área de infra estrutura, os poderes de estado e de administração e a área de produção do governo
673 federal. No percentual de execução dessas áreas como pode ser visto na planilha, a área social tem
674 um certo destaque perante as demais com um nível de liberação que está aprovado no orçamento de
675 94%. As outras áreas tem uma execução menor. A área social apresenta os seguintes valores: Uma
676 dotação de cinquenta e um bilhões e tem disponível quarenta e oito bilhões e meio. A liquidação até
677 o momento é de trinta e um bilhões. Isso perfaz 93% e 15% de execução. A área de infra-estrutura já
678 apresenta um percentual de limitação mais significativo do que a área social em virtude de
679 prioridades e de fator técnico de projetos de infra-estrutura poderem ser adiados. A área de Criança
680 e Tecnologia está um pouco maior devido a crédito extraordinário que foi aberto. A área de
681 produção pode ser vista na área de administração o nível de liberação de 70,5%. O nível de
682 execução é de 48%. Em termos gerais, a idéia foi mostrar um retrato da atual execução do governo
683 federal. Passando para o orçamento 2006 foi comentado as principais diretrizes, que serviram para
684 abalizar a elaboração do orçamento. Toda a elaboração e todo o processo, procurou atender à quatro
685 pontos. 1) Manter a responsabilidade fiscal; 2) Buscou-se compatibilizar e priorizar a área social;
686 3) Ampliar os investimentos públicos; 4) Buscou-se também melhorar na qualidade e eficiência dos
687 gastos públicos. O indicadores econômicos utilizados para elaborar o orçamento 2006 foram: O
688 benefício do regime geral da previdência. Eles têm que ser ajustados pelo índice de preço ao
689 consumidor. Outro parâmetro fundamental foi o salário mínimo. A conselheira Elisabete fez um
690 apelo ao Ministério do Planejamento, que ajude a descontingenciar os setecentos mil necessários
691 para a realização da conferência, já que os cofres do governo estão transbordando pelo que pode ser
692 visto diante de toda a explicação dada. O conselheiro Cláudio, sentiu falta da comparação das
693 despesas com o serviço da dívida. Também não conseguiu entender os limites estabelecidos
694 especificamente para a área dos Direitos Humanos que são cada vez menores a cada ano que passa.
695 O Sr Francisco Sadec quis saber qual o critério que o governo usou pra fazer o maior
696 contingenciamento da história uma vez que a receita tem sido cada vez maior. O conselheiro Paulo
697 Marques lembrou que na área da Criança e Adolescente existe um princípio constitucional que é o
698 227, que dá prioridade absoluta e que não é visto espelhado na hora de fazer o orçamento. Pergunta.
699 Porque essa lógica que é muito bem preservada a reserva da saúde, da educação a todos os
700 obrigatórios, não se pode incluir uma transversal cumprindo o 227 da Constituição, da prioridade
701 em relação a Criança e ao Adolescente. O Dr Luiz Guilherme respondeu de forma geral dizendo que
702 no debate democrático é inegável a carência social que o Brasil tem, mais é inegável o sucesso
703 dessa política econômica. De dez anos para cá, vivemos com uma moeda sob controle. Está na hora



704 do Brasil ter outras conquistas que não a estabilidade monetária. A prática de contenção do
705 orçamento surgiu em 1998/1999. Essa prática é extremamente prejudicial ao gestor público. Cabe ao
706 Ministério Público tecer mecanismos de controle. O processo tem vários defeitos mais tem sofrido
707 processo contínuo ao aperfeiçoamento. Sobre os critérios de estabelecimento de limites para os
708 órgãos, não é o Ministro que decide. É um conselho da Presidência da República que toma as
709 decisões com base nas prioridades dela. Em relação a transparência dos dados, isso é uma meta do
710 Ministério do Planejamento tornar o CIAF mais acessível ao público. Além dos encaminhamentos
711 já aprovados o presidente José Fernando propôs que em relação ao Ministério da Saúde a discussão
712 ficará para o dia três de novembro pela manhã. Em relação a uma reflexão iniciada na assembléia
713 passada sobre Política Econômica e Direitos Humanos organizar para a assembléia de março, uma
714 espécie de seminário onde pudéssemos discutir Ciclo Orçamentário, Política Econômica e Direitos
715 Humanos mais com olhar específico para a criança e adolescente. Outro encaminhamento
716 importante é que fosse enviado um ofício aos Ministérios que participaram agradecendo pela
717 qualidade das informações apresentadas e pela transparência dos dados. O conselheiro Paulo
718 Marques quis insistir no canal de comunicação entre o Conada e a SOF no sentido de como discutir
719 para os próximos orçamentos que entre os critérios sejam separados os recursos da política social e
720 também o cumprimento da obrigatoriedade constitucional do art. 227. O Dr Luiz Guilherme sugeriu
721 um contato via Ministério do Planejamento, Secretaria de Orçamento e Secretaria do Planejamento.
722 Não tendo mais nada a ser tratado, o senhor presidente José Fernando agradeceu a presença de todos
723 dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo
724 presidente do CONANDA.

725
726
727
728
729
730
731


José Fernando da Silva
Presidente do Conanda